

EUROPA



Edite Estrela

Editorial

Uma nova etapa

No último número do "Europa", António Costa passou o testemunho «à/ao camarada que assumir a chefia da nossa delegação». Por escolha unânime dos meus pares – cuja confiança muito me sensibilizou – cabe-me a honrosa tarefa de lhe suceder na coordenação de uma delegação competente e empenhada. O desafio é grande, mas muito estimulante. As recentes alterações políticas verificadas em Portugal reforçam a responsabilidade de todos e de cada um de nós. O novo governo pode contar connosco. E, através deste suplemento, vamos continuar a prestar contas aos nossos concidadãos. Informando-os das nossas actividades, expondo e debatendo opiniões, estaremos a aproximar a Europa do povo português. Ao Primeiro-ministro e ao novo Ministro de Estado e da Administração Interna desejamos as maiores felicidades no desempenho de tão relevantes funções. Votos que são extensivos a todo o Governo.

O que se passa na Europa não pode deixar indiferentes os cidadãos portugueses. O que é decidido nas instâncias europeias interfere e condiciona a vida dos 450 milhões de habitantes dos 25 Estados-membros. Não são só os fundos estruturais, decisivos para a modernização e o desenvolvimento do país, são também as directivas e os regulamentos que balizam a actuação dos governos nacionais e norteiam as políticas em áreas tão determinantes como o ambiente, os transportes ou a economia.

O Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) é um bom exemplo de como as decisões tomadas em Bruxelas determinam as opções e as estratégias políticas dos governos nacionais.

Nos últimos anos, o PEC (incorrectamente interpretado) serviu de álibi ao governo português para justificar opções políticas que se revelaram desastrosas. O desenvolvimento do país e o bem-estar da população foram inutilmente sacrificados pela obsessão do défice. E, afinal, ironia das ironias, nem assim controlaram as contas públicas.

Finalmente, houve o bom-senso de alterar as regras do PEC no sentido de as ajustar aos objectivos da Estratégia de Lisboa. Mantendo o rigor indispensável à estabilidade do euro, o pacto revisto e actualizado, menos rígido e mais "amigo do crescimento", permite o investimento público na investigação, na inovação, na qualificação das pessoas e no desenvolvimento das suas competências. Prevaleceu o princípio da "qualidade da despesa": as despesas não são todas iguais e não devem, por isso, ter o mesmo tratamento. Eram estas alterações que o PS vinha defendendo. E tinha razão.

Abre-se, assim, mais uma via (embora estreita) que pode ajudar a economia portuguesa a recuperar de anos de letargia e estagnação.

Estas condições, aliadas ao exercício rigoroso e competente da governação, vão contribuir, estou certa, para que regresses a Portugal um clima de saudável confiança no futuro.

SOCIALISTAS PÕEM CONDIÇÕES PARA ACEITAR DIRECTIVA DOS SERVIÇOS

O Grupo Socialista no Parlamento Europeu coloca seis condições para poder aceitar a directiva sobre o mercado interno dos serviços, mais conhecida por "Directiva Bolkestein", que tanta polémica tem causado na Europa, dando até origem a uma mega manifestação em Bruxelas, que levou para a rua em protesto mais de 50 mil pessoas.

Os socialistas europeus consideram que a conclusão do mercado interno dos serviços é uma necessidade, embora rejeitem que isso se faça à custa do modelo social europeu e através de um nivelamento por baixo da qualidade dos serviços prestada.

"A conclusão do mercado interno dos serviços deve realizar-se no respeito pela coesão social da União e garantindo um elevado nível de protecção social para os consumidores europeus", afirma um documento recentemente publicado pelo Grupo Parlamentar dos Socialistas Europeus.

No estado em que se encontra a directiva, ela é inaceitável, afirma o documento, onde se acrescenta que constitui "uma ameaça à protecção dos consumidores, ao modelo social europeu e aos serviços públicos". A falta de consenso sobre a directiva levou os chefes de Estado e de Governo da União a decidirem-se pela sua revisão, até se atingir um "amplo consenso". No mesmo sentido pronunciou-se o primeiro-ministro português, José Sócrates, que manifestou "sérias reservas relativamente à directiva dos serviços, fundamentalmente no que respeita ao princípio do país de origem e quanto à protecção dos serviços públicos".

Também o deputado Manuel dos Santos, membro da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários e vice-presidente do Parlamento Europeu, considera que a aplicação da directiva deve ser feita com prudência, devendo reequacionar-se o princípio do país de origem de forma a evitar a concorrência desleal e o *dumping* social e económico. Daí que defenda uma aproximação das legislações dos Estados-membros, incidindo particularmente nos que estão mais atrasados naqueles domínios.

Neste contexto, entre as seis condições dos socialistas europeus está a defesa da harmonização e do mútuo reconhecimento de um elevado nível de qualidade como objectivos do mercado interno dos serviços.



"Enquanto este objectivo não for atingido – lê-se na proposta – a implementação nos diversos Estados-membros do princípio do país de origem é inaceitável".

Os socialistas querem também ter a garantia de que a directiva não afecta a coesão social na Europa e que a qualidade dos serviços se mantém. "A proposta de directiva não pode pôr em causa a competência de cada Estado-membro para organizar e promover serviços de interesse geral", sendo fundamental uma adaptação da legislação nos domínios em causa.

As outras três condições para a aceitação da proposta de directiva são a clarificação do seu campo de aplicação, a coerência da legislação europeia e o respeito pelos compromissos internacionais da União e um controlo mais eficaz dos serviços.

Quanto a este último aspecto, refere-se que "a directiva deve garantir um elevado nível de qualidade dos serviços para os consumidores europeus. Queremos ter a certeza do direito à informação e um controlo tão próximo quanto possível do consumidor. Para que este objectivo seja atingido, o controlo deve ser efectuado pelo país de destino onde os serviços são prestados".

ESTRATÉGIA DE LISBOA PRIORIDADE PARA OS PRÓXIMOS CINCO ANOS

A Estratégia de Lisboa deverá ser a principal prioridade da União Europeia nos próximos cinco anos. Esta é a principal conclusão de uma resolução aprovada pelo Parlamento Europeu na última sessão plenária de Estrasburgo, com uma expressiva votação de 514 votos favoráveis. Também o Conselho e a Comissão Europeia estão em sintonia com a posição do Parlamento Europeu, e ficaram de pôr em marcha algumas iniciativas para que aqueles objectivos sejam alcançados.

Intervindo em nome da presidência luxemburguesa da União, Nicolas Schmit considerou que a excessiva complexidade dos procedimentos da Estratégia de Lisboa aconselham a nomeação de um responsável para cada Estado-membro, como de resto o primeiro-ministro português, José Sócrates, anunciou logo na sequência do último Conselho da Primavera: "Não será um membro do Governo, mas estará dependente do Governo", disse.

Sobre a Estratégia de Lisboa, José Sócrates afirmou que "a satisfação portuguesa não podia ser maior", acrescentando que o Plano Tecnológico parece derivar totalmente dela.

O Parlamento Europeu defende na resolução que o crescimento susten-

tável e o emprego são os objectivos fundamentais mais prementes da Europa, constituindo a base do progresso social e ambiental, aspectos fulcrais para o bom desempenho económico da União Europeia.

O mercado interno e o modelo de competitividade da União Europeia, indissociavelmente ligados ao sucesso da Estratégia de Lisboa, fazem também parte das orientações, tendo-se afirmado que a abertura do mercado único dos serviços é particularmente importante, mas salvaguardando a necessidade de manter um equilíbrio entre a abertura do mercado, a defesa do serviço público e a garantia dos direitos sociais e dos trabalhadores.

Consideraram também que a Estratégia de Lisboa deve modernizar e não enfraquecer os sistemas de protecção social. Neste contexto, a resolução pede ao Conselho Europeu empenho na aprovação de uma directiva-quadro sobre os serviços de interesse geral.

Em matéria de investigação, o Parlamento Europeu deixou um apelo aos Estados-membros para se comprometerem a tomar as medidas necessárias para aumentar as despesas em Investigação e Desenvolvimento para, no mínimo, 3 por cento do PIB nacional (2 por cento para o sector privado e 1 por cento para o sector público).

A Europa vista de Portugal

O FUTURO DA EUROPA

A União Europeia não oferece actualmente aos cidadãos uma imagem animadora. Após a formidável proeza de ter integrado de uma só vez dez novos Estados e de ter elaborado, finalmente, um texto constitucional, algo de inédito na história política, não seria de esperar esta sensação de mal estar e descrença que perpassa por amplos sectores da população europeia, nem este aparente empalidecer do ideal europeu.



Carlos Lage

A construção europeia prossegue, é certo, e a atracção que a União exerce sobre todos os Estados vizinhos mantém-se forte. Todavia, os sucessivos alargamentos, nomeadamente o último, tendem a diluir as ligações iniciais e a torná-las cada vez mais complexas.

As instituições europeias, ao contrário do que se diz, não têm falta de legitimidade, mas carecem de racionalidade e estão muito longe do cidadão comum. A Comissão Europeia, em particular, tem perdido autoridade e força, falhando no seu papel de motor da integração europeia. O cidadão europeu ignora em geral quem dirige a União ou quem a representa na cena internacional.

A Constituição Europeia resolve em parte este problema, ao criar a figura do Ministro dos Negócios Estrangeiros da União e o Presidente do Conselho Europeu. Porém, não é seguro que o texto Constitucional europeu entre em vigor na data prevista, atendendo às enormes incertezas dos resultados dos referendos em países chave da construção europeia.

Por outro lado, a Europa está hoje numa posição frágil para enfrentar a competição científica e tecnológica mundial. Construir uma economia de conhecimento competitiva exige aumentar substancialmente o esforço financeiro europeu na ciência e na investigação. Os Estados Unidos, o Japão e outros países asiáticos, em particular a China (na terceira posição à escala mundial em despesas de investigação) têm reforçado os seus orçamentos consagrados à pesquisa científica, confrontando a Europa com um desafio que esta tarda em assumir.

Como falar hoje da Europa aos europeus? Como mostrar que o projecto europeu é um compromisso vital, vivo, resolutamente político, inscrito na história, mau grado o carácter tecnocrático ou prosaico de certas controvérsias?

Como convencer os europeus das suas responsabilidades mundiais e dos perigos que põem em risco os destinos do mundo?

Como incutir optimismo à Europa fazendo-a acreditar que é portadora de prosperidade e que ainda é um espaço altamente criador de Saber, de Ciência e de Valores?

Todas estas interrogações e muitas outras estão agora em debate no espaço público europeu no momento em que se ratifica a Constituição europeia, em especial nos países que o fazem por via referendária.

É na França onde todas as interrogações, contradições e incertezas sobre a Europa se concentram. Não se adivinhava que seria desse país que viriam as maiores ameaças à Constituição europeia que, numa das suas típicas efervescências políticas vê crescer o "não" por razões quase exclusivamente exteriores aos méritos ou limitações do texto constitucional.

O que se passa na França não é transponível para Portugal, mas o referendo francês é como se fosse também coisa nossa, porque decide do nosso destino e deixará uma marca indelével, positiva ou negativa, na história da Construção europeia.

Esperamos referendar em Portugal a Constituição Europeia em Outubro em simultâneo com as eleições autárquicas. Vai iniciar-se, para isso, uma revisão extraordinária da Constituição portuguesa para remover o obstáculo que impedia a pergunta directa aos cidadãos sobre se aprovam ou não o tratado Constitucional europeu e, ao mesmo tempo, remover também o preceito constitucional que impede a realização simultânea de qualquer acto eleitoral com um referendo. Ficam assim eliminados alguns enquistamentos da nossa Constituição que só por conservadorismo ou inércia se mantinham, tendo-se escoado já o tempo que os justificava.

Faço votos que o debate sobre o referendo seja inteligente e clarificador, sem excesso de dramatisms. Espero que seja mais verdadeiro e inteligente do que está a ser em França, onde o taticismo e o calculismo político/pessoal de alguns dirigentes socialistas deveria fazê-los corar de vergonha.

ANA GOMES CHEFIA MISSÃO DE OBSERVADORES ÀS ELEIÇÕES ETÍOPIES

A deputada Ana Gomes foi escolhida pela Comissão Europeia para chefiar uma missão de observação da União Europeia às eleições gerais que se realizam em Maio na Etiópia, país onde já se encontra desde o passado dia 20 de Março.

A deputada irá chefiar uma missão de 160 observadores provenientes de diversos Estados-membros, da Comissão Europeia, do Conselho e do Parlamento Europeu. Os observadores começaram a chegar à Etiópia no passado dia 18 de Março, sendo que 50 estarão no país entre meados de Abril e a altura das eleições e 100 chegarão apenas no início de Maio.

Segundo a comissária responsável pela pasta dos Assuntos Externos, Benita Ferrero-Waldner, as próximas eleições na Etiópia representam um momento muito importante num processo de democratização mais vasto do país, bem como de estabilização regional.

A comissária congratulou-se também pelo facto de, pela primeira vez na sua história, o governo etíope ter convidado observadores internacionais.

"A missão de observação das eleições sob a liderança de Ana Gomes dará um precioso contributo para a democratização da Etiópia, ao garantir uma avaliação independente, profissional e imparcial das eleições", disse a comissária.

Ana Gomes, que é a primeira mulher e deputada portuguesa a liderar uma missão deste tipo, iniciou a sua actividade em Adis Abeba com uma ronda de contactos para planificar as actividades da missão de observação, que estará presente em todas as regiões do país e cobrirá a campanha eleitoral, a votação e a divulgação oficial dos resultados.

Os custos totais da missão estão orçados em 2.810.000 euros.

Ao longo da última década, a União Europeia apoiou inúmeros processos de democratização em vários países, com o objectivo de promover a democracia e o respeito pelos direitos humanos, o progresso, a paz e a estabilidade regional.

Desarmamento nuclear

Noutro contexto, a deputada Ana Gomes, no último plenário do Parlamento Europeu realizado em Estrasburgo, apelou à União



Europeia para "liderar uma acção concertada de retorno ao caminho do compromisso universal no sentido da não proliferação e do desarmamento nuclear", durante um debate sobre a Revisão do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares e a situação na Coreia do Norte e no Irão.

Ana Gomes apelou particularmente à França e a Grã-Bretanha, não apenas para cumprirem o compromisso de se desarmarem, mas também de se coordenarem numa estratégia para a revisão do Tratado com os outros parceiros europeus, de forma a permitir accionar uma política externa e de segurança comum e de defesa eficazes.

A deputada alertou para o facto de a proliferação em cascata que poderá verificar-se nos próximos tempos "apenas poder ser impedida se a Europa desencorajar e ilegalizar o desenvolvimento de novas gerações de armas nucleares e se, no plano internacional, se fizerem esforços no sentido de se encontrarem soluções multilaterais mais eficazes. Neste sentido, criticou os Estados Unidos por não respeitarem os seus compromissos de desarmamento, nem darem sinais de quererem reduzir os seus arsenais nucleares, continuando a desenvolver novas tecnologias nesse campo.

EDITE ESTRELA

COMISSÃO ATRIBUI 15 MILHÕES DE EUROS PARA COMBATER TRABALHO INFANTIL

A Comissão Europeia está a estudar a possibilidade de colocar um montante de 15 milhões de euros à disposição da Organização Internacional do Trabalho, de forma a contribuir para a luta contra as piores formas de trabalho infantil.

Esta declaração foi feita pelo comissário Louis Michel, responsável pela pasta do Desenvolvimento, a uma pergunta feita pela deputada Edite Estrela, presidente da Delegação Socialista Portuguesa no PE, que pretendia saber quais as medidas previstas pelo Executivo comunitário para evitar o aumento do número de crianças social e culturalmente excluídas, bem como das que são discriminadas em função do sexo.

A atribuição daquele montante tem precisamente por objectivo contribuir para que milhares de crianças possam continuar no sistema educativo, factor essencial para reduzir as desigualdades e as discriminações em função do sexo.

Edite Estrela decidiu interrogar a Comissão Europeia na sequência da divulgação de um relatório da UNESCO em que este tema era abordado. Segundo o relatório, existem actualmente mais de cem milhões de crianças em todo mundo que não vão à escola, sendo que a taxa de analfabetismo é maior nos países menos desenvolvidos e nos grupos mais desfavorecidos nos países industrializados.

Na resposta à pergunta da deputada, o comissário Louis Michel afirmou que "a Comissão pretende tirar partido de todas as



oportunidades possíveis para aumentar os apoios ao ensino primário e à garantia da igualdade entre os géneros nas escolas".

Por outro lado, quanto ao apoio aos países menos desenvolvidos, o comissário anunciou que, na sequência da revisão intercalar do 9º Fundo Europeu de Desenvolvimento, foram propostos aumentos nas dotações financeiras atribuídas à educação num total de 109 milhões de euros, que poderão sobretudo beneficiar os países ACP – África, Caraíbas e Pacífico, onde se incluem a maioria dos membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

ENTREVISTA COM SÉRGIO SOUSA PINTO

UM CHUMBO À CONSTITUIÇÃO EUROPEIA NÃO TRARÁ OUTRA MELHOR

A existência de um texto constitucional europeu revela o desejo de pertença a uma verdadeira comunidade política unida pela vontade de partilhar um destino comum, afirma nesta entrevista ao suplemento "Europa" o deputado Sérgio Sousa Pinto, membro da Comissão dos Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu. O deputado enumera os aspectos do Tratado que considera mais relevantes para os cidadãos europeus e o bom funcionamento da União Europeia e tem esperança que a situação desfavorável que agora se vive em França ainda se altere: "Se a Constituição for rejeitada, não haverá tão cedo condições para aprovar outra melhor, ou sequer igual", afirma.



Em Portugal haverá em Outubro um referendo à Constituição europeia. O que está em jogo nesse referendo e qual a sua importância para Portugal?

A existência de um texto constitucional Europeu consagra a transição histórica de uma comunidade de povos e países, progressivamente unidos por laços económicos, cada vez mais estreitos, para uma verdadeira comunidade política unida pelo desejo de um destino comum.

Este projecto de Constituição constitui o primeiro tratado negociado através do método convencional, o mais aberto, plural, transparente e democrático - infinitamente mais avançado que o método intergovernamental do passado; os progressistas pró-europeus combatem para ganhar terreno ao método intergovernamental no exercício do poder legislativo da União - aqui trata-se de conquistar terreno no campo que é o santuário por excelência do método intergovernamental: a negociação e a celebração de tratados.

Durante a campanha, que aspectos da Constituição considera serem os mais relevantes para transmitir aos portugueses?

A adopção da Carta dos Direitos fundamentais que, inscrita no Tratado, se torna juridicamente vinculativa. A Carta servirá de padrão de aferição do respeito pelos Estados-membros e pelos países candidatos à adesão dos direitos fundamentais. Cada cidadão europeu poderá assim não somente queixar-se ao Provedor de Justiça europeu mas também invocar a violação dos direitos fundamentais inscritos na Constituição por uma qualquer lei ou acto administrativo europeu, ou acto em aplicação do direito comunitário.

Os serviços públicos têm pela primeira vez uma base legal europeia. Não podem ser sacrificados ao direito da concorrência; O pleno emprego passa a ser um dos objectivos da União europeia; A Europa, mais do que um mercado, assume-se, agora, claramente, como uma comunidade política, de valores e de Direito, unida por um destino comum;

O conceito de economia social de mercado, característica fundamental do modelo social europeu, "acquis" civilizacional, é, finalmente consagrado no Direito europeu;

A reforma institucional da União responde à necessidade de dispor de instituições mais eficazes numa Europa pós-alargamento (quantos não desejaram o alargamento pensando que se tratava de um presente envenenado para a Europa?);

As políticas comuns que constituem a III parte do projecto de Tratado Constitucional - Mercado interno, política económica e monetária, política agrícola comum e política de pescas, política de coesão, política social e política de emprego, política de ambiente e política de transportes - estavam já inscritas nos anteriores

tratados mas terão de ser, doravante, aplicadas no respeito da Carta dos Direitos fundamentais;

O aprofundamento democrático que resulta da indicação do Presidente da Comissão de acordo com o resultado das eleições europeias;

A reorganização e simplificação dos textos que traz mais clareza e por conseguinte, uma maior proximidade com os cidadãos;

O novo tratado, reconhece aos cidadãos europeus, um novo e importante direito de cidadania: o direito de iniciativa popular, pelo qual um milhão de cidadãos podem suscitar perante a Comissão europeia a necessidade de um procedimento legislativo;

De que forma e com que meios deve ser encarada a campanha pelo SIM em Portugal?

Com o total empenho do Partido Socialista e, espero, dos demais partidos comprometidos com o projecto europeu, bem como com o envolvimento da sociedade civil, nomeadamente o Movimento Europeu, que é uma associação única moribunda e, até aqui, infelizmente, inútil.

Como vê os referendos que estão previstos em vários Estados-membros, particularmente em França?

As últimas sondagens em França não são, de facto, muito favoráveis. Mas até 29 de Maio ainda há muito tempo para convencer os franceses, e nomeadamente, os eleitores socialistas, que se a Constituição perder, não será a Constituição ideal de alguns que vencerá, mas sim o imobilismo político e a paralisação legislativa decorrente do tratado de Nice. Acreditar que da rejeição da Constituição resultarão condições óptimas para aprovar uma melhor no futuro é confundir desejos com a realidade. Trata-se de um artigo de fé contra todas as evidências. Se a Constituição for rejeitada, não haverá tão cedo condições para aprovar outra melhor, ou sequer igual, na sua ambição política, económica e social.

Visto de Bruxelas

REFORÇAR A INFLUÊNCIA NA UNIÃO



Joel Hasse Ferreira

O peso económico directo de Portugal na Europa é pouco relevante, mal atingindo 1% do Produto Interno Bruto do conjunto dos Estados membros da União. Quanto ao seu peso demográfico, a situação é ligeiramente diferente, já que ultrapassa os 2% da população total da Europa da União. Em termos de

deputados ao Parlamento Europeu, a representação portuguesa (24, dos quais 12 socialistas), tem um pouco mais de 3% do total do hemiciclo.

Se nos referirmos ao peso político nas instituições e nos sistemas políticos da União no quadro europeu, não podemos deixar de mencionar o peso institucional que tem a presença de J.M. Durão Barroso na Presidência da Comissão Europeia. Assim como, tendo em conta a importância do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, o qual está obviamente articulado politicamente com a Internacional Socialista, é relevante que António Guterres presida a esta organização internacional. Devidamente usados, estes cargos podem exercer um efeito multiplicador na acção dos portugueses e na influência de Portugal na União. A equipe governamental de Guterres usou bem essa influência na definição clara e oportuna da Estratégia de Lisboa.

Que problemas afectarão Portugal, influenciáveis a partir do Parlamento e de outras instituições europeias? Sublinharemos hoje a questão da Directiva Europeia de Serviços, a qual pode colocar em risco o modelo social europeu, não só pela adopção do princípio do país de origem, como pela sua eventual extensão aos serviços considerados de interesse geral (nomeadamente na área da saúde). A aplicação cega do princípio do país de origem, prevê que um qualquer Estado-membro que promove um concurso de fornecimento de serviços, tem de aceitar as regras aplicadas no Estado de origem (onde a empresa está registada). Isto gerará dificuldades de análise comparativa e provocará imbróglis jurídicos generalizados. Contribuirá também para o abaixamento global das garantias de qualidade dos serviços, assim como para a diminuição dos níveis de protecção social, exercendo uma pressão no sentido de reduções reais, mesmo que graduais, dos salários. Para garantir a competitividade nos serviços, área dominante na economia europeia, Portugal neste contexto, pode ser severamente prejudicado dada a sua especial posição em termos de grelhas salariais e de capacidade técnica, bem como das normas de qualidade já existentes em numerosos domínios.

EURODEPUTADOS OUVEM O PAÍS

A exemplo do que tinha acontecido em Novembro passado, vários deputados da delegação Socialista Portuguesa no Parlamento Europeu deslocam-se no próximo dia 8 de Abril aos distritos de Setúbal, Faro e aos Açores, para encontros e debates com a sociedade civil e com militantes socialistas das respectivas Federações.

A presidente da delegação do PS no Parlamento Europeu, Edite Estrela, e o deputado Paulo Casaca, estarão nos Açores para participar num jantar/debate com a presença do presidente do Governo Regional, Carlos César, com deputados à Assembleia Regional e militantes e dirigentes do PS do arquipélago.

Os deputados Joel Hasse Ferreira e Emanuel Jardim Fernandes estarão em Setúbal para discutir a Constituição Europeia e os direitos sociais com representantes sindicais da UGT e da CGTP. Terão também encontros com membros do Secretariado da Federação do PS e com deputados socialistas eleitos pelo distrito. No Algarve estarão os deputados Jamila Madeira e Capoulas Santos, que terão um conjunto de encontros e audições com diversas entidades, subordinadas ao tema «A política da água». Está também previsto que no próximo dia 22 se faça uma nova ronda pelo país, desta vez pelos distritos de Bragança, Portalegre Viseu.

CONTACTOS DOS DEPUTADOS:

www.partido-socialista.net/pspe - Página dos Socialistas Portugueses no Parlamento Europeu

Edite Estrela - Presidente da Delegação Socialista; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade de Géneros (1ª vice-presidente); Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Ana Gomes - Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão de Segurança e Defesa (vice-presidente) Desenvolvimento; Comissão dos Direitos da Mulher e Igualdade dos Géneros

Capoulas Santos - Comissão da Agricultura; Comissão das Pescas; Comissão do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar

Elsa Ferreira - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão do Comércio Internacional

Emanuel Jardim Fernandes - Comissão dos Transportes e Turismo; Comissão do Desenvolvimento Regional

Fausto Correia - Comissão do Emprego e Assuntos Sociais; Comissão dos Transportes e Turismo

Francisco Assis - Comissão do Comércio Internacional; Comissão dos Assuntos Externos; Sub-Comissão dos Direitos do Homem

Jamila Madeira - Comissão do Desenvolvimento Regional; Comissão do Emprego

e Assuntos Sociais

Joel Hasse Ferreira - Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores; Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais

Manuel dos Santos - Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários; Comissão da Indústria, Investigação e Energia; Controlo Orçamental

Paulo Casaca - Comissão do Controlo Orçamental (Coordenador do Grupo Socialista); Comissão dos Orçamentos; Comissão das Pescas

Sérgio Sousa Pinto - Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos

ENDEREÇOS ÚTEIS

www.socialistgroup.org - Página do Grupo Socialista no Parlamento Europeu

www.pes.org - Página do Partido Socialista Europeu

www.socialistinternational.org - Página da Internacional Socialista

www.ps.pt - Página do Partido Socialista

www.europarl.eu.int - Página do Parlamento Europeu

www.europa.eu.int - Portal da União Europeia

FICHA TÉCNICA

Edição Grupo Parlamentar do PS no Parlamento Europeu

Editor Paulo Pisco

Paginação Francisco Sandoval

Periodicidade Mensal

Tel. 213 822 000

Fax. 213 822 037

Email ppisco@ps.pt

Endereço Acção Socialista - Largo do Rato nº 2, 1269-123 Lisboa

Eurosíntese

AGRESSÃO DA LIBERALIZAÇÃO TÊXTIL

A forma "excessivamente agressiva" como estão a entrar na União Europeia produtos têxteis oriundos de países como a China, foi alvo, na última sessão plenária de Estrasburgo, de um alerta por parte da deputada Elisa Ferreira que lamentou que, perante esta situação, a Comissão Europeia não tenha até ao momento demonstrado capacidade para agir técnica e politicamente antes que seja demasiado tarde. Neste sentido, a deputada considerou que a adaptação das regiões têxteis europeias à liberalização das importações não pode ser feita à custa de uma ruptura súbita das suas estruturas económicas e sociais, sobe pena de um sério agravamento do desemprego.

ERRADICAR DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES

A União Europeia deve fazer todos os esforços para erradicar as desigualdades e disparidades que ainda persistem entre homens e mulheres, defendeu a deputada Edite Estrela numa conferência do PSE subordinada ao tema "Mais empregos e de melhor qualidade para as mulheres: uma prioridade para a União?". A deputada considerou que a própria concretização dos objectivos da Agenda de Lisboa depende de uma participação acrescida das mulheres em todo o processo. Edite Estrela defendeu também que todas as medidas adoptadas no âmbito da Estratégia de Lisboa devem ser acompanhadas de um indicador do impacto da dimensão do género.

AS ULTRAPERIFERIAS DESDE O TRATADO DE ROMA

O tratamento dado às Regiões ultraperiféricas desde o Tratado de Roma até à nova Constituição da União Europeia, foi o tema abordado pelo deputado Paulo Casaca, num encontro realizado em Bruxelas, na primeira Assembleia Geral do Comité de Ligação dos Agentes das Comunidades Europeias Originárias das Regiões Ultraperiféricas. Por outro lado, no passado dia 23, o deputado reuniu com a Direcção da Associação Agrícola de S. Miguel para discutir a comunicação da Comissão Europeia relativa à revisão das suas políticas para as regiões ultraperiféricas.

REFORÇAR ACÇÃO DO BEI

Reforçar a acção futura do Banco Europeu de Investimentos e melhorar a sua intervenção ao nível do financiamento de investimentos e de políticas necessárias à concretização dos principais objectivos da União Europeia, é o âmbito de algumas propostas apresentadas pelo deputado Manuel dos Santos, feitas no plenário de Estrasburgo sobre as actividades do BEI. Entre as propostas está a necessidade de uma reorientação dos recursos e políticas para o crescimento económico e a coesão, avaliar melhor o contributo das suas políticas sobre a Estratégia de Lisboa e a urgência de maiores apoios em áreas como a pesquisa científica e a sectores que utilizem elevados graus de tecnologia.

IMPULSIONAR RELAÇÕES EUROMEDITERRÂNICAS

Os progressos realizados no quadro dos objectivos definidos para o processo de Barcelona, designadamente a promoção de uma área comum de paz e estabilidade através do reforço do diálogo político e social, a construção gradual de uma zona de comércio livre e a partilha de iniciativas e projectos no domínio cultural, social e humano, foram o tema principal da primeira sessão da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, na qual participou a deputada Jamila Madeira, que é vice-presidente da Comissão dos Assuntos Económicos da Assembleia EUROMED. A reunião, que se destinou a assinalar os dez anos de lançamento do Processo de Barcelona, discutiu temas como "A política Europeia de vizinhança" e "A implementação de uma parceria estratégica entre a União e os países do Mediterrâneo".

GABINETE DO EURODEPUTADO NA MADEIRA

O deputado Emanuel Jardim Fernandes inaugurou na semana passada o seu "Gabinete do Eurodeputado" na cidade do Funchal. As instalações situam-se na Rua dos Netos, nº 26, 1º, e vão funcionar como elo de ligação com os madeirenses, órgãos da administração pública regional, entidades públicas, universidades, parceiros sociais, empresas e instituições da sociedade civil.

EMANUEL JARDIM FERNANDES

MELHORAR NAS ULTRAPERIFERIAS SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO



A Comissão dos Transportes e do Turismo do Parlamento Europeu designou Emanuel Jardim Fernandes relator do parecer relativo ao Livro Branco da Comissão Europeia sobre os Serviços de Interesse Geral, para o qual irá realizar uma consulta alargada às diferentes entidades regionais e outros organismos competentes nesta matéria. Em virtude dos constrangimentos específicos das Regiões Ultraperiféricas (RUP), o deputado vai defender, entre outras coisas, a imposição específica de obrigações de serviço público para as actividades de serviços, designadamente os transportes marítimos e aéreos, bem como a adopção de uma Directiva-quadro para os Serviços de Interesse Geral. Entendem-se por "serviços de interesse geral" as actividades de serviços cuja prestação os poderes públicos consideram ser necessária e que abrangem serviços como o fornecimento de energia (gás e electricidade), transportes, correios e telecomunicações.

O Livro Branco aborda o papel que a União Europeia pode desempenhar para favorecer o desenvolvimento de serviços de interesse geral de qualidade, bem como os principais elementos de uma estratégia que visa assegurar que todos os cidadãos e

empresas da União tenham acesso a serviços de qualidade e a preços acessíveis.

Contudo, este é praticamente omissivo quanto à situação específica das RUP. Com efeito, sobretudo por força da reduzida dimensão dos seus mercados locais, não há muitas empresas estabelecidas nas regiões insulares, ou mesmo fora delas, economicamente interessadas na prestação destes serviços às respectivas populações, inviabilizando assim uma verdadeira concorrência entre empresas. Por outro lado, assegurar a prestação de serviços públicos de qualidade e a preços acessíveis aos cidadãos implica frequentemente custos demasiado onerosos para os orçamentos públicos dessas Regiões. Daí que se imponha não só alargar a noção de "serviços de interesse geral", afirm de ter em conta os constrangimentos específicos das RUP – além da exiguidade dos seus mercados, o isolamento geográfico, a descontinuidade territorial e o afastamento dos respectivos territórios metropolitanos – e, assim, considerar como SIG determinados serviços, mas também prever um regime especial, em termos de aplicação das regras do Mercado Interno e da concorrência, para as actividades de serviços de interesse geral prestadas nas RUP.

ASSIS DEFENDE SECTOR AGROALIMENTAR DAS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

A necessidade de reforçar as PME do sector agroalimentar das regiões ultraperiféricas e o reconhecimento do direito de beneficiarem de uma restituição sempre que exportem produtos fabricados a partir de matérias-primas importadas ao abrigo do "Regime Específico de Abastecimento", são algumas das propostas que constam do parecer elaborado pelo deputado Francisco Assis, em nome da Comissão do Comércio Internacional, para a Comissão de Agricultura e do Desenvolvimento Rural.

Tendo constatado que as medidas ao abrigo de programas comunitários para promoção da agricultura e abastecimento de produtos agrícolas daquelas regiões eram de difícil gestão e com procedimentos pesados, a Comissão Europeia apresentou ao Parlamento Europeu uma proposta de regulamento para tornar mais eficazes aquele tipo de apoios.

Neste sentido, Francisco Assis propõe o reforço das PME do sector agroalimentar, a fim de garantir que as ilhas não se tornem meras produtoras de produtos agrícolas, mas possam usufruir de forma mais vantajosa do valor acrescentado por via da transformação local dos produtos.

Por outro lado, defende o direito das regiões ultraperiféricas beneficiarem de uma restituição sempre que exportem produtos fabricados a partir de matérias-primas importadas ao abrigo do "Regime



Específico de Abastecimento", desde que os referidos produtos tenham sido objecto de uma transformação suficiente nas ilhas.

Francisco Assis considera também que, embora a consolidação dos instrumentos de apoio numa única proposta de regulamento que cubra todas as regiões ultraperiféricas constitua uma simplificação desejável, seria, no entanto, conveniente ter em conta o diferente histórico das ilhas no tocante à data da sua entrada no território aduaneiro da União.